

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
PROF. ALBERTO ANTUNESEBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Avenida Lourival Melo Mota, s/nº - Bairro Cidade Universitária
Maceió-AL, CEP 57072-900
- <http://hupaa-ufal.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23540.006234/2023-53

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 32/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.006234/2023-53

Referências:

IN SGD/ME Nº 94/202 que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;

Nota Técnica - SEI 3 (SEI nº 20801942) que oferece modelos de documentos a serem utilizados nos processos de contratações do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, foi elaborado pelo Setor de Administração e Unidade de Compras e Licitações;

Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE - Aprovado em 28/04/2022 que define e disciplina os procedimentos de contratação de bens, serviços e obras, de alienação de bens e de formalização de convênios no âmbito da Ebserh, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016.

Parecer Jurídico Referencial - SEI 7/SCAD/CONJUR/PRES-EBSERH - versão 01 (SEI nº 27924152).

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de **IMPRESSORAS TÉRMICAS**, sob demanda, futura e eventual, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no termo de referência, visando atender as necessidades do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA/UFAL/EBSERH, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada **sem agrupamento, formado por 02 itens**, conforme tabela constante no termo de referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.4. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no Edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.

1.5. Os itens deste Termo de Referência, no que couber, deverão atender os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda nas Instruções Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e 01/2014.

1.6. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

1.6.1. **Anexo I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE REGISTRO DE OPORTUNIDADE;**

1.7. **Justificativa para agrupamento dos Itens**

1.7.1. Considerando que os itens deste termo de referência tem interdependência, no que se refere a configuração e padronização, separá-los poderia aumentar o risco de que o conjunto não funcionasse de forma adequada, além de que estes equipamentos sendo fornecidos por diferentes fornecedores poderia trazer dificuldades de implantação ao Hupaa uma vez que cada empresa pode ter expertise diferentes.

1.7.2. No contexto da economicidade o agrupamento dos itens possivelmente trará ganho de escala para o Hupaa, uma vez que um único fornecedor para todos os itens poderá concorrer com maior percentual de negociação.

1.8. Os materiais devem atender às seguintes características, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ITEM	CATMAT	EBSERH	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	458740	N/A	IMPRESSORA TÉRMICA NÃO FISCAL	UNIDADE	EXCLUSIVA ME/EPP	15
2	458740	N/A	IMPRESSORA TÉRMICA DE EQUIQUETAS	UNIDADE	EXCLUSIVA ME/EPP	20

1.9. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

1.9.1. **ITEM 01 - IMPRESSORA TÉRMICA NÃO FISCAL:**

1.9.1.1. IMPRESSORA TÉRMICA NÃO FISCAL, CARACTERÍSTICAS:

1.9.1.2. VELOCIDADE: 250MM/S (PARA TEXTOS e GRÁFICOS)

1.9.1.3. INTERFACES DE COMUNICAÇÃO: USB E ETHERNET (RJ45)

1.9.1.4. AVANÇO PAPEL: 52 IPS

1.9.1.5. GUILHOTINA (VIDA ÚTIL): 2 MILHÕES DE CORTES

1.9.1.6. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: FONTE EXTERNA 100 A 240 VAC @ 50 A 60HZ

- 1.9.1.7. MÉTODO DE IMPRESSÃO: TÉRMICO
- 1.9.1.8. VIDA ÚTIL DE MECANISMO: 150 KM
- 1.9.1.9. TIPO: PAPEL COM REVESTIMENTO TÉRMICO | COMPRIMENTO: 58 A 82,5MM|, ESPESSURA: 0,048 0,070 MM | DIÂMETRO DA BOBINA: Ø 102 MM, (MÁXIMO) | DIÂMETRO MÍNIMO DO TUBETE: 12,5
- 1.9.1.10. SENSORES : FIM DO PAPEL, TAMPA ABERTA
- 1.9.1.11. O EQUIPAMENTO DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO (CABOS DE CONEXÃO, MANUAIS(PORTUGUÊS), DENTRE OUTROS DESCRITOS NO MANUAL DO FABRICANTE)
- 1.9.1.12. DRIVERS COMPATÍVEIS COM WINDOWS 7 E WINDOWS 10
- 1.9.1.13. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES *ON-SITE*
- 1.9.1.14. Modelo de referência bematech MP-4200 TH
- 1.9.2. **ITEM 02 - IMPRESSORA TÉRMICA DE EQUIQUETAS:**
- 1.9.2.1. MÉTODO DE IMPRESSÃO POR TRANSFERÊNCIA TÉRMICA OU TÉRMICA DIRETA
- 1.9.2.2. LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO ZPL E EPL
- 1.9.2.3. RESOLUÇÃO: 203 DPI/8 PONTOS POR MM
- 1.9.2.4. MEMÓRIA: 128 MB DE FLASH; 128 MB DE SDRAM
- 1.9.2.5. LARGURA: 4,09 POL./104 MM PARA 203 DPI
- 1.9.2.6. VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: 6 POL./152 MM POR SEGUNDO OU 4 POL./102 MM POR SEGUNDO
- 1.9.2.7. COMUNICAÇÃO: USB E ETHERNET
- 1.9.2.8. FONTES: 16 FONTES BITMAP RESIDENTES EXPANSÍVEIS ZPL II, DUAS FONTES RESIDENTES DIMENSIONÁVEIS ZPL, CINCO FONTES RESIDENTES EXPANSÍVEIS EPL2, SUPORTE A FONTE NATIVA DE TIPO ABERTO
- 1.9.2.9. CONFORMIDADE COM UNICODE PARA IMPRESSÃO TÉRMICA
- 1.9.2.10. 50 MB DE MEMÓRIA NÃO VOLÁTIL DISPONÍVEIS AO USUÁRIO, 8 MB DE SDRAM DISPONÍVEIS AO USUÁRIO
- 1.9.2.11. ALIMENTAÇÃO: 100-240 VAC,50-60 HZ COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA
- 1.9.2.12. CARACTERÍSTICAS DAS MÍDIAS: COMPRIMENTO DE ETIQUETA: 39,0 POL./991 MM LARGURA DA MÍDIA: 1.00 POL./25,4 MM A 4,4 POL./112 MM TAMANHO DO ROLO DE MÍDIA: 5.00 POL./127 MM DE DIÂMETRO EXTERNO DIÂMETRO INTERNO DO NÚCLEO: 0,5 POL. (12,7 MM) E 1,0 POL. (25,4 MM) PADRÃO, 1,5 POL. (38,1)
- 1.9.2.13. TIPOS DE MÍDIA: ALIMENTAÇÃO POR ROLO OU SANFONADA, SERRILHADA OU CONTÍNUA COM OU SEM MARCA PRETA, FORMULÁRIO DE ETIQUETAS, FORMULÁRIO CONTÍNUO DE RECIBOS E PULSEIRAS
- 1.9.2.14. DIÂMETRO EXTERNO DA FITA: 2,6 POL./66 MM (300 M); 1,34 POL./34 MM (74 M)
- 1.9.2.15. COMPRIMENTO DA FITA: 984 PÉS (300 M)
- 1.9.2.16. RAZÃO DA FITA: 1:4 DE MÍDIA PARA FITA (300 M); 1:1 DE MÍDIA PARA FITA (74 M)
- 1.9.2.17. LARGURA DA FITA: 1,33 POL./33,8 MM ~ 4,3 POL./109,2 MM
- 1.9.2.18. DIÂMETRO INTERNO DO NÚCLEO DA FITA: FITA DE 300 METROS: 1,0 POL./25,4 MM; FITA DE 74 METROS: 0,5 POL./12,7 MM.
- 1.9.2.19. O EQUIPAMENTO DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO (CABOS DE CONEXÃO, MANUAIS(PORTUGUÊS), DENTRE OUTROS DESCRITOS NO MANUAL DO FABRICANTE)
- 1.9.2.20. DRIVERS COMPATÍVEIS COM WINDOWS 7, WINDOWS 10 OU SUPERIOR
- 1.9.2.21. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES *ON-SITE*
- 1.9.2.22. Modelo de Referência Zebra Zd230
2. **VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
- 2.0.1. Os licitantes vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP com validade de 06 (meses), podendo ser prorrogado por igual período.
- 2.0.2. Cabe ressaltar que esse certame em particular visa registrar preços para os itens que estão inseridos no Pregão Eletrônico nº ____/20____ que tem sua vigência até o dia ____/____/20____.
3. **JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**
- 3.1. **Da Necessidade da Contratação:**
- 3.1.1. O Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - Hupaa, tem como visão estratégica consolidar-se como hospital de ensino na rede EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), de forma integrada com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas), ampliando e qualificando os cenários de prática, estimulando pesquisas em tecnologias e inovação em saúde, com foco na assistência de alta complexidade no SUS em Alagoas e sendo eficiente na gestão de pessoas e processos com sustentabilidade socioeconômico-ambiental.

3.1.2. Compete ao Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital - SETISD promover a infraestrutura necessária para o bom desempenho das atividades institucionais finalísticas e administrativas, apoiar as diretrizes de TIC junto a governança corporativa, bem como prover soluções de tecnologia da informação, comunicação e inteligência de dados que proporcionem a eficiência da gestão organizacional do Hupaa.

3.1.3. Conforme DOD I - SEI (IN 94/2022) - Área Requisitante SETISD/SUP/HUPAA-Ufal (SEI nº 29126738) as necessidades apresentadas são:

- I - NTIC 07 - Provimento de infraestrutura adequada de TIC, objetivando o monitoramento, continuidade e contingência dos serviços de TIC.
- II - NTIC 08 - Garantia da sustentabilidade das atividades organizacionais por meio de serviços de TIC.
- III - NTIC 09 - Garantia da segurança dos ativos de TI por meio de uma infraestrutura adequada.

3.2. Justificativa da Aquisição:

3.2.1. A aquisição de impressoras finalísticas para controle de atendimento e identificação do paciente, e a renovação das impressoras de etiquetas obsoletas, é fundamental para garantir a eficiência, segurança e qualidade do atendimento hospitalar. Além disso, as novas impressoras são mais rápidas e pode contribuir para o aumento da produtividade no Hupaa.

3.2.2. Uns dos projeto do PDE no Hupaa, consistem em utiliza um sistema de controle de fila de atendimento com a emissão de senhas para garantir a organização e a justiça no tratamento dos pacientes na recepção, incluindo aqueles com prioridades médicas mais urgentes e para isso é fundamental a disponibilização de impressoras não fiscais para emissão das referidas senha.

3.2.3. A necessidade de imprimir etiquetas para identificar amostras durante as fases pré-analítica e analítica é crucial no uso do módulo de exames do sistema AGHUX. No entanto, atualmente, equipamentos obsoletos e sem garantia estão sendo utilizados para essa finalidade. Isso representa um risco para o processo, pois, em caso de falha, não há impressoras disponíveis para substituição imediata, podendo causar atrasos significativos no serviço prestado. Portanto, é necessário investir em equipamentos atualizados e confiáveis para garantir a eficiência e a continuidade dos serviços oferecidos.

3.2.4. A impressão de etiquetas de identificação e a emissão de comprovantes (não Fiscal), visa atender o Serviço de Admissão e Alta regulação com: (identificação de pacientes para internação), as portas de entrada da Maternidade (identificação de recém-nascido e mãe), da Oncologia (identificação de pacientes do Pronto Atendimento Oncológico).

3.2.5. A utilização de pregão eletrônico para o registro de preços é mais conveniente para a instituição, pois permite contratações futuras com previsão de entrega parcelada, levando em consideração à dificuldade em se definir previamente o quantitativo a ser demandado em alguns casos, em conformidade com o artigo 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

3.2.6. Nesse sentido, fica evidente a importância da gestão adequada dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para garantir maior eficiência na prestação de serviços e atendimento aos pacientes e colaboradores do Hupaa. É essencial que o hospital disponha de uma infraestrutura tecnológica confiável e de alto desempenho para atender às demandas da sua comunidade. Com isso, o hospital poderá aprimorar sua visão estratégica e aperfeiçoar seus serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida, justificando assim esta aquisição.

3.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
O1	OETIC 3 - Promover transformação digital, alinhada aos negócios, com foco no aumento da excelência dos serviços tecnológicos, promovendo maior geração de valor pela TI.
O2	OETIC 4 - Otimizar a utilização e eficiência dos recursos de infraestrutura, buscando modelos de negócio que promovam a sustentabilidade de infra, adotando soluções e ambientes de alta disponibilidade informacional, onde aplicável.
N1	NTIC 07 - Provimento de infraestrutura adequada de TIC, objetivando o monitoramento, continuidade e contingência dos serviços de TIC.
N2	NTIC 08 - Garantia da sustentabilidade das atividades organizacionais por meio de serviços de TIC.
N3	NTIC 09 - Garantia da segurança dos ativos de TI por meio de uma infraestrutura adequada.

ALINHAMENTO AO PDTIC <2021-2023>	
ID	Meta/Ação do PDTIC
A1	A97 - Adquirir e/ou contratar solução de Impressoras Finalísticas

3.3.1. A presente contratação está prevista no PEDTIC/2021-2023 do HUPAA-UFAL/EBSERH, conforme consta no processo SEI nº 23540.016515/2021-52.

3.4. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados:

Id	Benefícios
1	Correta identificar o paciente;
2	Aumentar a segurança na prescrição e de uso e administração de medicamentos;
3	Cirurgia mais segura;
4	Segurança nas terapias nutricionais, enteral e parenteral;
5	Promoção do ambiente seguro
6	Proporcionar infraestrutura de TIC adequada.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (REQUISITOS DA SOLUÇÃO)

4.1. Necessidades de Negócio:

4.1.1. São requisitos de negócio que motivam esta contratação de acordo com o Núcleo de Segurança do Paciente, em conformidade com a Portaria 529/2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente, e a RDC 36/2013, que institui as Ações para Segurança do Paciente, adota como escopo de atuação para os eventos associados à assistência à saúde, as Seis Metas da Organização Mundial da Saúde. Estas metas estão traduzidas nos 6 Protocolos de Segurança do Paciente instituídos no HupaaUfal, pontuados alguns oportunamente:

- 4.1.1.1. a) Meta 1 - Identificar o paciente corretamente;
- 4.1.1.2. b) Meta 2 - Melhorar a comunicação efetiva;
- 4.1.1.3. c) Meta 3 - Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos;
- 4.1.1.4. d) Meta 4 - Cirurgia Segura.
- 4.1.2. Além destes protocolos, princípios de segurança também deverão ser implementados:
 - 4.1.2.1. a) Segurança nas terapias nutricionais, enteral e parenteral;
 - 4.1.2.2. b) Comunicação efetiva entre profissionais do serviço de saúde e entre serviços de saúde;
 - 4.1.2.3. c) Promoção do ambiente seguro.
- 4.1.3. A implantação deverá ocorrer de forma gradativa visando a continuidade das atividades;
- 4.1.4. A instalação das impressoras serão realizadas mediante implantação do painel de senhas;

4.2. Necessidades Tecnológicas:

- 4.2.1. Comunicação ethernet (RJ45);
- 4.2.2. Os equipamentos deverão ser compatíveis com Windows 7, 10 ou superior;

4.3. Requisitos Legais:

4.3.1. Instrução Normativa da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, nº 94, de 23 de dezembro de 2022, - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;

4.3.2. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

4.3.3. Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- RLCE v2.0, nos termos do art.40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

4.3.4. Portaria MP/STI nº 20, de 14 de Junho de 2016: Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf/view;

4.3.5. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

4.3.6. RESOLUÇÃO CGPAR Nº 29, DE 5 DE ABRIL DE 2022:

V - não aceitar carta de exclusividade emitida pelos próprios fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços, para aquisição de bens e serviços de TI que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

4.4. Requisitos temporais:

- 4.4.1. A entrega de todos os equipamentos deverá ser realizada até dias corridos a contar da data de 30 (trinta) envio da Ordem de Fornecimento de Bens.

4.5. Requisitos de Segurança:

4.5.1. Os profissionais em atendimento no ambiente do Hupaa-Ufal, deverão se apresentar devidamente identificados;

4.5.2. A CONTRATADA deverá seguir todas as políticas, normas e suas atualizações, da CONTRATANTE, no que couber.

4.5.3. Requisitos de Segurança da Informação:

4.5.4. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes de Governo Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, além da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como a todos os normativos internos da CONTRATANTE que tratam do assunto, tais como a Política de Segurança da Informação do Hupaa-ufal e da EBSERH;

4.5.5. A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança definidos na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.

4.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais?

4.6.1. Os profissionais em atendimento no ambiente do HUPAA, deverão se apresentar devidamente identificados e vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional do Hospital;

4.6.2. Os profissionais deverão respeitar todos os colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;

4.6.3. A empresa CONTRATADA deverá garantir o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto;

4.6.4. Deverá adotar medidas, quando couber, para atender as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS da Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI /MPOG, com ênfase no art. 6º, bem como, o Decreto nº 9.178/2017 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos;

4.6.5. A empresa CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o Art. 31 da Lei nº 13.303/16.

4.6.6. A empresa CONTRATADA deverá, no que couber, observar e atender aos requisitos de acordo com o art. 4, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

4.6.7. A empresa CONTRATADA deverá no que couber, observar e atender aos requisitos de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União.

4.7. Requisitos de garantia suporte e manutenção:

4.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia de 36 meses on-site, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, para TODOS os itens (hardware, software, acessórios etc.) que compõem a solução ofertada;

4.7.2. A CONTRATADA deverá prestar tempestivamente a manutenção corretiva em todos os equipamentos e componentes da solução;

4.7.3. O serviço de suporte e manutenção são destinados a recolocar as funcionalidades, equipamentos e/ou materiais em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituição de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os mesmos durante o período de garantia;

4.7.4. A manutenção será realizada no horário compreendido entre 08h00 e 18h00, de segunda a sexta-feira.

4.7.5. A CONTRATADA apresentará um Relatório Técnico, contendo data e hora do chamado e do início e término do atendimento, identificação do defeito e do técnico responsável pela execução da garantia, bem como as providências adotadas e outras informações pertinentes, e deverá ser assinado pelo usuário ou responsável pela solicitação da garantia;

4.7.6. Em caso de substituição definitiva do equipamento, o prazo de entrega do novo equipamento será de até 15 (quinze) dias corridos;

4.7.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de suporte técnico para abertura de chamados via telefone, e-mail ou sistema de controle de chamados técnicos;

4.7.8. A CONTRATADA deverá informar o site do fabricante para baixar atualizações de drivers para o equipamento proposto.

4.8. Requisitos de Capacitação:

4.8.1. Não será necessária capacitação.

4.9. Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.9.1. Os requisitos de arquitetura tecnológica estão relatados no item 1.8 deste Termo de Referência.

4.10. Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.10.1. Não há necessidade de plano de implantação.

4.11. Requisitos de Implantação:

4.11.1. Não há requisitos de implantação.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional:

4.12.1. Não há necessidade de profissionais para a implantação da solução.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe:

4.13.1. Não haverá formação de equipe para a implantação.

4.14. **Requisitos de Metodologia de Trabalho:**

4.14.1. Pela baixa complexidade da instalação dos equipamentos envolvidos, não é necessário definir metodologias de trabalho.

5. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

5.1. A Súmula nº 247/TCU dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

5.2. Observando os preceitos da Lei nº 13.303/2016 indica como diretriz, em seu art. 32, inciso III e do Art. 125. do RLCE da EBSEH, a solução deverá ser parcelada em 2 itens pelos motivos abaixo:

5.2.1. Não há interdependência nos itens, sendo o parcelamento tecnicamente viável;

5.2.2. Ampliação da competição;

5.2.3. Evita a concentração de mercado.

5.3. Desta forma a EPC entende que o parcelamento é a forma mais vantajosa para a licitação.

6. **PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP**

6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

6.2. Em respeito à referida Lei, foi adotada a priorização à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), tendo sido destacados itens de participação exclusiva de ME/EPP, aqueles com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00.

7. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

8. **DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

8.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, em remessas parceladas, no endereço do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA/UFAL/EBSEH, a partir do envio da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento. Poderá ser prorrogado à critério da contratante.

8.1.1. O envio será realizado para o e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal e é mantido pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Serviços Gerais – SISG (Decretos nº 1.094, de 23 de março de 1994 e nº 4.485, de 25 de novembro de 2002).

8.1.2. A entrega deverá ser realizada nas dependências do Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital – SETISD do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA/UFAL/EBSEH, localizada na Avenida Lourival Melo Mota – S/N – Tabuleiro do Martins – Maceió – Alagoas – CEP 57.072-900, no horário de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 às 17h00min.

8.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.1.7. As informações contidas na Nota Fiscal/Fatura de Fornecimento deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de forma a facilitar a conferência.

9. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos decorrentes das ARP consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

9.2. Nos termos do art. 161, *caput*, do RLCE 2.0, será designada Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

9.3. Nos termos do art. 164, § 6º, do RLCE 2.0, caso haja Ordem de Fornecimento com valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a EFC deverá ser formada com pelo menos três membros titulares, sendo um necessariamente representante da unidade requisitante.

9.4. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

9.5. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

9.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.1. A Licitante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, 01 (um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, que comprove já ter fornecido os equipamentos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega;

10.2. A licitante deverá indicar, claramente, quais itens do atestado apresentado, correspondem aos exigidos neste certame para habilitação técnica. Tal indicação pode ser realizada por relatório adicional que correlacione o atestado com os itens do Termo de Referência ou Contrato que originou o atestado de capacidade técnica apresentado.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

11.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

11.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

11.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

11.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

11.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

11.7. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

12. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. São obrigações da Contratante:

12.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **Número do Pregão, Número do Empenho, Dados Bancários, Descrição do Material, Marca/Modelo do Produto Fornecido, Nº do Lote, Prazo de Validade do Produto, Valor Unitário e Valor Total**;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

13.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 13.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 13.8. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas, decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da Lei, ligadas ao cumprimento desta Ata;
- 13.9. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 13.10. Atender, em qualquer tempo, as solicitações para fornecimento de amostras dos produtos, formuladas pela Contratante, para análise da qualidade dos produtos;
- 13.11. Substituir de forma automática o Produto recusado pela Contratante, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos lotes recusados;
- 13.12. Efetuar, por sua conta e ônus, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, a troca dos produtos que se deteriorarem ou perderem suas características, respeitadas as condições de estocagem e o prazo de validade dos produtos.
- 13.13. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos que venham incidir sobre o Produto fornecido, reservando à Contratante o direito de deduzir, dos valores a serem pagos ao fornecedor, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;
- 13.14. Cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, bem como todas as exigências contidas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços, que sejam de inteira competência do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO.
- 13.15. Ter em seus estoques quantitativos suficiente para atender à Contratante, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo Órgão fiscalizador oficial competente;
- 13.16. Realizar o fornecimento para o qual foi contratada, em conformidade com o estipulado na proposta vencedora e neste contrato;
- 13.17. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei;
- 13.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 13.19. Cumprir durante a vigência deste Contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 13.20. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.
- 13.21. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 13.22. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 13.23. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 13.24. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 13.25. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 14.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços -SRP, a indicação da dotação orçamentaria ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto nº7.892/13.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1. A formação de consórcio não se justifica, dado que não há demanda que necessite de forças de trabalho diferentes ou dispersas para atendimento do objeto. Os potenciais fornecedores dos componentes previstos no objeto da contratação, tem plena condição de ofertar todos os itens previstos em cada grupo sem a necessidade de estabelecimento de Consórcio entre empresas. Durante o estudo foram consultados diversos certames da mesma natureza e notou-se como padrão a vedação da participação de consórcios o que demonstra ser prática de mercado.
- 15.2. Não será permitida subcontratação total do objeto, a transferência ou a cessão das obrigações contratuais a terceiros.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. Nos termos do artigo 161 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, serão designados representantes para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o Preposto e um eventual substituto ao Hupaa.

17.3. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Hupaa ou de seus agentes.

17.4. Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.5. Os Fiscais, quando observarem qualquer situação técnica pertinente, que considerem irregular, deverão manifestar sua discordância junto ao preposto designado pela CONTRATADA e comunicar o Gestor do Contrato.

17.5.1. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS E BENS FORNECIDOS

17.5.1.1. A equipe de fiscalização fará a conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos ajustes previstos nos item 18.17. que trata do Índice de Medição de Resultados - IMR.

17.5.1.2. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.5.1.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

17.5.2. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

17.5.2.1. O procedimento de comprovação do atendimento aos requisitos técnicos das soluções, será realizado através da análise de documentos comprobatórios (*datasheets e ou manuais*), emitidos pelo fabricante do equipamento, disponibilizado pela proponente.

17.5.3. DA FIXAÇÃO DOS VALORES E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

17.5.3.1. Caso a CONTRATADA não atinja os valores mínimos aceitáveis fixados neste Termo de Referência, não venha a produzir os resultados esperados, deixe de executar as atividades contratadas, deixe de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução, ou utilize-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada, estará sujeita a aplicação de ajustes nos valores estabelecidos para multas e/ou penalidades ou retenção do pagamento até que as pendências sejam sanadas.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

18.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do artigo 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)I =	(6 / 100)I = 0,00016438
365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18.17. **ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

18.17.1. Durante a verificação da conformidade na entrega dos materiais, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Índice de Medição de Resultados - IMR	
INDICADOR Nº 1 - ENTREGA TEMPESTIVA DOS EQUIPAMENTOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a entrega dos materiais no prazo pactuado
Meta a cumprir	Entregar os equipamentos 30 (trinta) dias após recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens.
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento Documento com o registro da entrega dos materiais
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de entrega dos materiais) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais ** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega dos materiais realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022= 21 dias percorridos) *** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega dos materiais: 100% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço b) Atraso de até 05 dias: 99% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço c) Atraso entre 06 e 10 dias: 97% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço d) Atraso acima de 10 dias: 95% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência. O atraso de até 10 dias, se recorrente, também requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual.
Observações	Caso a Ordem de Fornecimento de Bens/ Ordem de Serviço seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida. As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.

Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.
--

19. **DO REAJUSTE**

19.1. Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#), cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

20. **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

20.1. O objeto deste contrato será executado sob o regime de contratação por **preço unitário**.

21. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

21.1.1. **O procedimento para contratação de compras é o Sistema de Registro de Preços – SRP, que não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, conforme legislação vigente.**

22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

22.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0:

22.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

22.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

22.3.2. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

22.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

22.3.4. As sanções previstas nos subitens 20.2.1 e 20.2.3 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

22.3.5. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.

22.3.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.

22.3.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.3.7.1. Para fins de dosimetria na aplicação de Advertência e Suspensão será utilizada a seguinte tabela:

FORNECEDOR	
TEMPO DE ATRASO	X
INICIATIVA DA EMPRESA	X
REINCIDÊNCIA	X
ENTREGA PARCIAL/TOTAL	X
TOTAL DE PONTOS	0

TEMPO DE ATRASO	≥ 1 e ≤30 dias	7
	>30 e ≤60 dias	12
	>60 dias	16

INICIATIVA DA EMPRESA NO INTUITO DE SOLUÇÃO DO PROBLEMA	antes do término do prazo da entrega	1
	após esgotado o prazo da entrega	2
	não se manifestou	4

REINCIDÊNCIA	não	1
	sim 1 x	4
	sim >1 x	8

ENTREGA TOTAL	sim	1
	não	8

PONTOS	SANÇÃO ADMINISTRATIVA
ATÉ 16	ADVERTÊNCIA
17-20	LEI 13.303/16 - SUSP. LIC. CONT. 1 MÊS
21-23	LEI 13.303/16 - SUSP. LIC. CONT. 2 MESES
24-25	LEI 13.303/16 - SUSP. LIC. CONT. 3 MESES
26-27	LEI 13.303/16 - SUSP. LIC. CONT. 6 MESES
28-29	LEI 13.303/16 - SUSP. LIC. CONT. 12 MESES
≥ 30	LEI 13.303/16 - SUSP. LIC. CONT. 24 MESES

22.3.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA DE CONCEITO

23.1. Não será realizada prova de conceito.

24. DA VISTORIA

24.0.1. Considerando que não há necessidade de conhecimento da infraestrutura do Hupaa por parte dos possíveis fornecedores, a vistoria é dispensada.

25. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

25.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

25.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- a) identificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

- c) c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- d) d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Aderem às disposições gerais deste Termo de Referência as condições estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico e nas Minutas da Ata de Registro de Preços, ainda que não estejam explicitamente inseridas neste Termo.

Integrante Requisitante / Coordenador	Integrante Técnico	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
(Assinado eletronicamente) Alexsandro Conceição dos Santos SIAPE: 318****	(Assinado eletronicamente) Bruno Albuquerque de Oliveira SIAPE: 223****	(Assinado eletronicamente) Olival Santos da Silva Filho SIAPE: 214****	(Assinado eletronicamente) Marina Montenegro dos Santos Padilha SIAPE: 312****

Autoridade Competente
(Assinado eletronicamente) Alexsandro Conceição dos Santos Chefe do Setor de Gestão da Informação e Informática Matrícula/SIAPE: 318****

ANEXO I DO TR - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE REGISTRO DE OPORTUNIDADE**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 32/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.006234/2023-53**

Ao Hospital Universitário da Professor Alberto Antunes – HUPAA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 32/2023

Objeto: Aquisição de impressoras térmicas, sob demanda, futura e eventual, para atender às novas áreas do HUPAA.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, DECLARA, que para a apresentação de proposta ao referido Edital, NÃO houve ocorrência de “Registro de Oportunidade”, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na RESOLUÇÃO CGPAR Nº 29, de 5 de abril de 2022.

Local: _____ Data: ____/____/____

Representante Legal: (ASSINATURA) _____ RG: _____ CPF: _____

Referência: Processo nº 23540.006234/2023-53 SEI nº 30520581